

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****2ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **0007837-33.2018.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Cumprimento de Sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
 Exequiente: **Cláudia Cristina Coelho Vicente – Me**
 Executado: **Rapido Transpaulo Ltda**

Juiz de Direito: Dr. **Marcelo Luiz Seixas Cabral**.

Vistos.

Cuida-se de cumprimento de sentença intentado por **CLÁUDIA CRISTINA COELHO VICENTE ME** e **QUARTFRATTELI DESCARTÁVEIS E EQUIPAMENTOS EIRELI ME** em face de **RÁPIDO TRANSPAULO LTDA**. Em síntese, alegaram que são credoras da empresa executada no importe de R\$ 4.618,60. Além disso, a executada está obrigada à devolução das mercadorias pertencentes às exequentes. Ressaltaram que o não cumprimento das determinações constantes na sentença e no v. Acórdão proferidos no processo de conhecimento, acarretará também na execução das astreintes.

Acostados à inicial vieram os documentos de fls. 04/20.

A executada veio aos autos e apresentou impugnação ao cumprimento de sentença (fls. 25/38). Alegou que se encontra em recuperação judicial - processo nº 1025650-49.2017.8.26.0224, em tramite perante a 10ª Vara Cível da comarca de Guarulhos -, sendo que qualquer débito deverá ser ali habilitado. Informou que está em posse de parte da mercadoria e noticiou o extravio do restante. Alegou que tentou realizar a entrega da mercadoria em sua posse, sem sucesso, já que o patrono das impugnadas não retornou qualquer contato. Requereu a conversão da obrigação de fazer em perdas e danos diante da impossibilidade de entrega das mercadorias extraviadas. Impugnou a cominação das astreintes e pugnou pelo reconhecimento da necessidade de habilitação do crédito nos autos da recuperação. Pleiteou pela atribuição de efeito suspensivo à sua impugnação.

Manifestação sobre a impugnação às fls. 43/47.

É o relatório.

Fundamento e decido.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Não havendo necessidade de produção probatória, pertinente o julgamento antecipado da lide, na forma do art. 355, inciso I, do NCPC. Friso que a prova necessária é estritamente documental, sendo que o feito conta com um conjunto probatório suficiente para o desfecho da lide. Nesse sentido:

"Presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder." (STJ, Resp. 2.832-RJ, relator Ministro Sálvio de Figueiredo, julgado em 04/12/91).

Trata-se de cumprimento de sentença intentado visando a efetiva entrega das mercadorias em posse da impugnante bem como recebimento do montante de R\$ 4.618,60 pelos danos materiais suportados.

Pois bem, a impugnante foi condenada à devolução dos valores cobrados pelo frete não realizado e ainda na obrigação de devolver as mercadorias que se encontram em sua posse. Intimada para realizar o pagamento no prazo de 15 dias, bem como à entrega dos bens no prazo de 05 dias (fl. 24), a executada não cumpriu o determinado, se atendo a apresentar impugnação ao cumprimento de sentença.

Neste caso, cabível a aplicação da multa estipulada no valor máximo, diante do decurso do prazo sem a efetiva entrega das mercadorias em discussão.

Friso que era obrigação da impugnante a entrega dos bens sendo que a alegação de que o patrono da parte impugnada não retornou qualquer contato em nada obsta a entrega, que poderia ter se dado inclusive através deste incidente, mas não ocorreu.

Diante da noticiada impossibilidade do cumprimento da ordem judicial, a conversão da obrigação de fazer em perdas e danos é medida de rigor, com fundamento no artigo 499, do Código de Processo Civil, restituindo-se à parte exequente o valor gasto, devidamente corrigido.

Dessa forma, fica convertida a obrigação de entregar em relação à Nota Fiscal nº 599 (fl. 39) em perdas e danos, devendo ser restituído à parte exequente o montante de R\$1.420,00 devidamente atualizado pela tabela do TJSP desde a data de emissão da nota e juros de mora de 1% ao mês, desde a citação.

Por fim, tendo em vista que a executada se encontra em recuperação judicial, de rigor a habilitação do crédito nos autos da recuperação.

Assim, e considerando que houve julgamento do recurso de apelação interposto nos autos do processo de recuperação judicial em trâmite pela 10ª Vara Cível da Comarca de Guarulhos – Processo nº 1025650-49.2017.8.26.0224 – com a anulação da sentença proferida



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

naquele feito e determinação para prosseguimento da recuperação, aguarde-se por 30 dias o resultado definitivo daquele recurso, cabendo à parte exequente noticiar nestes autos o resultado.

Ficando mantida a recuperação judicial deverá a parte exequente habilitar seu crédito naquele feito. Havendo modificação do julgado, com o encerramento da recuperação judicial, a execução prosseguirá neste feito.

Ante o exposto **ACOLHO PARCIALMENTE A IMPUGNAÇÃO**. Em consequência determino a conversão da obrigação de entregar as mercadorias representadas pela nota fiscal nº 000.000.599 (fl. 39) em perdas e danos no valor de R\$1.420,00 devidamente atualizado pela tabela do TJSP desde a data de emissão da nota e juros de mora de 1% ao mês, desde a citação. Condeno a parte executada ao pagamento das astreintes no valor estipulado de R\$20.000,00. Não obstante, e considerando que as mercadorias referentes à nota fiscal nº 1636 também não foram entregues, tem a executada 02 dias para realizar a efetiva entrega, independente de trânsito em julgado desta decisão, sob pena de nova aplicação de multa diária no valor de R\$2.000,00 até o limite de R\$20.000,00. Para tanto, intime-se a parte exequente para que informe nos autos local e horário para a realização da entrega.

Aguarde-se o prazo de 30 dias, devendo a parte exequente informar nestes autos o resultado do julgamento do recurso nos autos do processo de recuperação judicial nº 1025650-49.2017.8.26.0224 .

Diante da sucumbência recíproca, as custas e despesas serão rateadas na proporção de 50% para cada parte. Fixo os honorários advocatícios em R\$500,00 para cada parte, nos termos do art. 85, § 14, do CPC.

Na hipótese de interposição de apelação, tendo em vista a nova sistemática estabelecida pelo NCPC que extinguiu o juízo de admissibilidade a ser exercido pelo Juízo "a quo" (art. 1.010 do NCPC), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para que ofereça resposta no prazo de 15 (quinze) dias. Havendo recurso adesivo, também deve ser intimada a parte contrária para oferecer contrarrazões. Após o prazo, com ou sem resposta, subam os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

P.I.

São Carlos, 14 de novembro de 2018.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**